

Revista

1ª EVOLUÇÃO



ANOS



Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufeuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva
Alexandre Passos Bitencourt
Andreia Pereira dos Santos
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
Daniela Proença Verly da Silva
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
Francineide de Oliveira Ferreira
Gláucia Paula da Silva

Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria de Lourdes Ferreira Da Silva
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Rebeca dos Santos Faria
Ricardo José Ferreira de Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 49 (fev. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 122 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.49

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.49>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Prof. Esp. Ana Paula de Lima
Prof. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Prof. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Prof. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Prof. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Dra. Thais Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as) e autores(as) independentes**;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 **Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac dos Santos Pereira

07 **Ciência, Tecnologia & Sociedade**

Adeilson Batista Lins

4 ANOS EVOLUINDO COM VOCÊ!



ARTIGOS

- | | |
|---|-----|
| 1. INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA PELA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA | 11 |
| 2. PROJETO DUARTE: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA INOVADORA COM PROJETOS DE TRABALHO
ALEXANDRE PASSOS BITENCOURT | 23 |
| 3. O PAPEL DA ESCOLA NA PERPETUAÇÃO OU RUPTURA DE ESTEREÓTIPOS RELATIVOS AO GÊNERO
ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS | 31 |
| 4. PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA | 37 |
| 5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AÇÕES PROMOTORAS DE IGUALDADE
DANIELA PROENÇA VERLY DA SILVA | 45 |
| 6. A INFLUÊNCIA DE FACTORES PSICOSSOCIAIS NO DESEMPENHO ESCOLAR
FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTOS GAMA | 51 |
| 7. EDUCAÇÃO ESPECIAL: INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA DOCENTES
FRANCINEIDE DE OLIVEIRA FERREIRA | 63 |
| 8. O PAPEL TRANSFORMADOR DAS TECNOLOGIAS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19
GLÁUCIA PAULA DA SILVA | 67 |
| 9. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO PROCESSO EDUCACIONAL
MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA | 71 |
| 10. AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA | 77 |
| 11. AS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NILMA APARECIDA GONÇALVES BERNARDES | 87 |
| 12. TRAUMAS BUCOMAXILOFACIAIS DECORRENTES DE TRAUMAS ESPORTIVOS
REBECA DOS SANTOS FARIA /ORIENTADOR: WALTER PAULESINI JÚNIOR | 95 |
| 13. A MATEMÁTICA EM MOVIMENTO UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
RICARDO JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO | 103 |
| 14. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ROSINALVA DE SOUZA LEMES | 109 |
| 15. A IMPORTÂNCIA DA PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS DESDE A INFÂNCIA
VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA | 115 |

RESUMO

Este trabalho acadêmico aborda os obstáculos da inclusão no contexto escolar, com o objetivo de superar diversas barreiras e inúmeros paradigmas enfrentados pelos profissionais do campo educacional. Este estudo tem como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores ao lidar com a inclusão no ambiente escolar, reconhecendo que este ainda não está devidamente preparado para tal processo. A promoção da inclusão envolve o reconhecimento e uma análise mais aprofundada das pessoas que apresentam diferentes habilidades, uma batalha persistente de um grupo minoritário que busca reivindicar seus direitos. A existência da inclusão implica a existência prévia da exclusão, seja ela de natureza social, educacional ou abrangendo todas as áreas do desenvolvimento humano. Experimentar a inclusão é, antes de tudo, honrar a diversidade, atribuindo o devido valor ao próximo com uma mentalidade de expansão intelectual. Afinal, a diversidade oferece contribuições significativas para um indivíduo, cidade, comunidade e um mundo que frequentemente se apresenta seletivo, valorizando assim uma normalidade ilusória.

Palavras-chave: Diferentes Habilidades; Diversidade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O ensino deve fundamentar-se na ausência de discriminação, na equidade de acesso e na incorporação, levando em conta as disparidades como apoio para sociedades mais equitativas e participativas. Essa exigência social tem sido possível porque os próprios jovens estudantes, por meio de movimentos sociais, foram mobilizados para debater assuntos políticos no ensino superior.

A variedade é a manifestação múltipla das discrepâncias e essas não se traduzem em negação, segregação ou exclusão, mas sim no reconhecimento delas como componentes de uma entidade coletiva que nos inclui. É a aceitação do outro, a possibilidade de estabelecer vínculos de reciprocidade, complementaridade, corresponsabilidade e integração.

Diversidade é aceitar o direito de cada indivíduo ser distinto e exercer essa prerrogativa

de ser único. Se o direito for concedido às discrepâncias, a amplitude do espectro humano será reduzida, assim como sua pluralidade e liberdade de escolha. Essa afirmação nos leva à interpretação de cinco modelos metafóricos possíveis de diversidade. O primeiro é representado por um papel rasgado e amassado, cujas opções de reconfiguração são muito desafiadoras. O segundo é o espelho fragmentado, onde supostas combinações são interrompidas ao máximo, impedindo a coerência total. Em seguida, temos um quebra-cabeça, cuja integração é bastante tradicional e discreta, permitindo margens limitadas para inovação e aprimoramento.

Em seguida, encontramos a holografia, que permite que cada parte reflita a imagem do todo. Por fim, há o caleidoscópio, no qual cada revelação resulta de um jogo multifatorial de possibilidades amplamente abertas. Como suposição preliminar, geralmente antecipamos

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL. Pós Graduação em Educação à Distância pela Universidade Paulista, UNIP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

que a diversidade e a incorporação que consideramos estão mais próximas dos últimos modelos mencionados, nos quais a integração é muito tradicional e enérgica para garantir margens de inovação e aprimoramento.

A instrução, por sua vez, é um meio que facilita ou aprimora as habilidades humanas para participar e impulsionar esses processos de renovação e enriquecimento da cultura. A educação promove as respostas estabelecidas pela cultura, mas também estimula a reavaliação e o desenvolvimento de novas questões e desafios inéditos. Consequentemente, a educação não está desvinculada de uma interação ativa com as complexas, paradoxais e diversas condições da realidade. A educação, assim como a cultura, está em constante reexame, pois se baseia em respostas abertas que, à medida que se esgotam, geram novas perguntas.

O questionamento político livre, de fato, está estabelecido como um dispositivo de inclusão. Por último, de acordo com as propostas de diversos documentos da UNESCO, a inclusão não pode ser reduzida apenas ao acesso, razão pela qual o binômio da inclusão social e educacional foi proposto no artigo. Além disso, as universidades devem levar em consideração várias dimensões da inclusão, os fatores que deveriam estar presentes em uma visão de inclusão abrangente, especificamente nas universidades, poderiam ser: fatores sociais, socioeconômicos, realidade familiar, crenças e expectativas dos estudantes; além de considerar questões relacionadas a barreiras econômicas, acesso à informação, capital social e cultural, redes de apoio e mercado de trabalho. Por outro lado, do ponto de vista educacional, é necessário considerar a trajetória do aluno desde a pré-escola até o ensino fundamental e médio, bem como as barreiras de admissão, os desafios de retenção e a formação pontual.

O precedente requer ações de fortalecimento da comunidade, alterações fundamentais e mudanças radicais na maneira como percebemos o mundo. Levando em conta todos esses fatores mencionados e outros

emergentes, a educação deve se direcionar para um conceito de inclusão total, que requer o suporte de políticas governamentais e administração institucional.

A inclusão como prática pedagógica tornou-se um tópico importante nas pesquisas brasileiras. Conforme o artigo 3º da Declaração de Jomtien (WCEFA, 1990), é preciso adotar ações para garantir a igualdade de acesso à educação para todos, especialmente aqueles que possuem formas únicas de desenvolvimento e que por muitos anos foram excluídos de situações reais de aprendizado.

O Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993), a Declaração Mundial de Educação para Todos (WCEFA, 1990) e Salamanca (UNESCO-MEC, 1994), bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Reafirmamos os princípios da escola para todos, para defender a matrícula de estudantes com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esses movimentos exigem esforços da ação governamental:

- [...] dar a mais alta prioridade política e organizacional à melhoria de seus sistemas educacionais para que possam incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- adotar por lei ou como política, o princípio da educação inclusiva que permite que todas as crianças sejam matriculadas em escolas regulares, a menos que haja fortes razões para agir de outra forma;
- Desenvolver projetos demonstrativos e estimular intercâmbios com países que tenham experiências de escolarização inclusiva;
- Garantir que, no contexto da mudança sistemática, os programas de formação de professores, tanto inicial como continuada, sejam orientados para atender às necessidades da educação especial em escolas inclusivas (UNESCO, 1994, p.1-2, Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais).

Neste contexto, o sistema de ensino brasileiro deve estar preparado para atender à variedade de necessidades de aprendizagem de todos os estudantes em uma sala de aula regular,

incluindo aqueles com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, termo oficial para educação especial (BRASIL, 2007).

ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Quando se trata da estrutura da educação brasileira, Bueno (2002) destaca as políticas públicas para a formação de professores que possam abordar as formas de exclusão na escola. Nesse sentido, nota-se, no panorama nacional brasileiro, a portaria interministerial nº 1.793, de dezembro de 1994, que sugere:

Art. 1º [...] incluir a disciplina "aspectos ético-político-educativos da normalização e integração de pessoas com necessidades especiais", prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as graduações.

Art. 2º Recomendar a inclusão de conteúdos relacionados aos aspectos Ético-Político-Educativos da Normalização e Integração das Pessoas com Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), o curso de Serviço Social e outros cursos superiores, de acordo com suas especificidades.

Art. 3º Recomendar para manutenção e ampliação dois cursos complementares, de graduação e de especialização organizados para as diversas áreas da Educação Especial (BRASIL, 1994).

Para reafirmar as orientações do decreto, em 20 de dezembro de 1999, foi emitido um novo número 3.298, que ressalta, no segundo parágrafo do artigo 27, as responsabilidades do Ministério da Educação:

Art. 2º Ministério da Educação, no âmbito de sua competência, expedirá instruções para que os programas de ensino superior incluam em seu conteúdo curricular itens ou disciplinas relacionadas às pessoas com deficiência (BRASIL, 1999).

Com base nesse documento, a Lei 10.172 (Brasil, 2001a) foi estabelecida em 9 de janeiro de 2001, sugerindo quais aspectos da educação especial seriam incorporados em vários cursos de

graduação, no processo de capacitação de professores para uma escola inclusiva. Apoiando essa proposta, a portaria interministerial 555, de 5 de junho de 2007, enfatiza principalmente "[a] capacitação de professores para atendimento educacional especializado e outros profissionais da educação para a inclusão escolar; coordenação intersetorial na implementação de políticas públicas" (BRASIL, 2007).

Em geral, os recém-graduados enfrentam desafios ao lidar com a situação em sala de aula que envolve a presença do aluno com deficiência. Para assegurar uma formação docente que englobe o público da educação especial em todas as atividades escolares, deve-se levar em conta um conjunto de conteúdos específicos que visam auxiliar a prática profissional nas escolas regulares. Algumas políticas públicas direcionam a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva e, embora ainda incipientes, existem nesse sentido: artigo 29, parágrafo II, da lei nº 7.853 (BRASIL, 1989), de 24 de outubro de 1989; Decreto 3.298 (BRASIL, 1999), de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, e o Regulamento de Proteção:

Art. 29. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades das pessoas com deficiência, tais como:

I - adequação de recursos pedagógicos: material pedagógico, equipamentos e currículo;

II - formação de recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e

III - adequação de dois recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação (Brasil, 1999: 1 gritos nossos).

Dentre os referidos documentos, as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Pedagogia indicam conteúdos específicos na formação de professores para atender às demandas educacionais do referido público (Brasil, 2008), além de prever as seguintes funções para o exercício da docência (Brasil, 2006):

[...]IV- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas de dois

alunos nas relações individuais e coletivas;

[...]VII - relacionar as linguagens dos dois meios de comunicação com a educação nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

[...]IX - identificar os problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, interativa e propositiva na fase das realidades complexas, de modo a contribuir para a superação das exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, políticas e outras;

[...]X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, opções sexuais e outras (BRASIL, 2006, p. 2).

Como um direito social, expande, de um lado, a proteção da educação pública, gratuita, secular, democrática, inclusiva e de alta qualidade para todos e, de outro, a universalização do acesso, a extensão do horário escolar e a garantia de permanência bem-sucedida de crianças, adolescentes, jovens e adultos em todas as fases e modalidades. Esse direito se materializa no contexto do desafio de superar as desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade (BRASIL, 2010, p. 31). Posteriormente, o mesmo documento declara que:

[...] os sistemas educativos devem garantir a implementação efetiva de uma política educativa como garantia da transversalidade da educação especial na educação, independentemente do não funcionamento desta frequência escolar, independentemente da formação docente. Para isso, propõe-se disseminar uma política voltada para a transformação de dois sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade em termos de igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores e educadores em escolas públicas. Esta deve ter como princípio a garantia dos direitos à igualdade e à diversidade étnico-racial, de gênero, idade, orientação sexual e religiosa, bem

como a garantia de direitos aos alunos com deficiência. (BRASIL, 2010, p.32-33)

Contudo, a educação continuada deve ser uma das alternativas para o desenvolvimento profissional e a oportunidade de preparar o educador para lidar com as diversidades na sala de aula.

AS TECNOLOGIAS A FAVOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tem-se atribuído grande relevância à aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na capacitação de educadores para atuarem na educação especial. A remodelação do sistema educativo, sob a ótica da inclusão, emergiu com a finalidade de assegurar recursos, táticas e serviços alternativos e distintos para suprir a necessidade de alunos por assistência educacional especializada (AEE) (GIROTO, POKER E OMOTE, 2011).

Nesse contexto, tem-se confiado ao docente a tarefa de empregar as diversas estratégias e tecnologias de informação e comunicação. Giroto, Poker e Omote (2011) também sustentam que entre as transformações que os professores devem adotar em sala de aula, ressalta-se o uso das TIC, uma vez que a legislação assegura aos estudantes que frequentam salas de recursos multifuncionais - para oferta do PREPA - ou disponibilidade de diferentes tecnologias nas instituições educacionais.

Esses autores indicam que o uso das TIC é de suma importância para o desenvolvimento pleno dos estudantes: “[...] somos docentes a serviço dos milhares de docentes que estão sendo capacitados para atuar na rede pública de ensino, mas estão cientes disso, sobre [seu] uso, na prática pedagógica”. Isso representa mais uma brecha no processo de capacitação de professores, pois eles não estão aptos para trabalhar com materiais didático-pedagógicos capazes de apoiar significativamente o desenvolvimento de suas salas de aula e o processo de ensino-aprendizagem de alguns com NEE.

Já a Resolução CNE/CP nº 1, de 2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006), estipula que o graduado deve estar habilitado a utilizar essas ferramentas no desenvolvimento de seu processo educativo. No entanto, a presença de recursos tecnológicos na escola, bem como a expansão do seu acesso, não assegura o seu uso adequado pelo professor, que muitas vezes não possui habilidade para utilizar tais instrumentos pedagógicos. Além disso, os próprios cursos de Pedagogia não incluem disciplinas que formem futuros profissionais para o uso das TIC em seus currículos (GIROTO, POKER E OMOTE, 2011, p. 21-22).

É importante salientar que também há cursos com necessidades educacionais especiais (NEE). A pesquisa revelou que os docentes do ensino superior tendiam a manifestar falta de habilidade ao atribuir significados entrelaçados, frequentemente ligados a ideias, concepções e crenças baseadas em sentimentos de temor, horror e pesar, os quais, conforme a autora, podem desestabilizar a prática pedagógica.

Prosseguindo com o estudo de (2005), é possível constatar que os educadores reforçam algumas disparidades individuais em relação a certos estudantes, indiretamente estigmatizando suas limitações, como evidenciado na seguinte passagem da entrevista:

[...] tive uma professora que reprovou para eu não reivindicar a sexta série, porque era bom para mim, porque eu tenho problema de audição. E que muitas pessoas que não têm algum tipo de deficiência não recebem tanto. Eu estava deprimido. Nove pra mim é nota boa, sei que as notas em si não expressam aprendizado, mas eu queria aproveitar ao máximo, aprender, me aprimorar [...]. (Elaine, uma estudante surda entrevistada) (GIROTO, POKER E OMOTE, 2011, p. 7).

É essencial que o profissional encarregado do atendimento desses indivíduos seja adequadamente capacitado durante seu processo de formação, a fim de lidar de forma prática com as demandas resultantes das mudanças políticas em relação à educação

inclusiva. Com base nessas declarações e nas diretrizes constitucionais estabelecidas na legislação brasileira, esta pesquisa teve como objetivo identificar os currículos dos cursos de Pedagogia e outras graduações de acordo com as disposições da Resolução 5.626/05 (BRASIL, 2005), que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre o tema, bem como a Portaria Interministerial 1.793/94 (BRASIL, 1994), que orienta a inclusão de conteúdos e/ou disciplinas relacionadas aos fundamentos da educação especial, inclusiva e necessidades educacionais especiais (NEE) na formação de professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração de estudantes com deficiências e distúrbios demanda uma estratégia cooperativa e interdisciplinar. Os educadores devem colaborar com outros especialistas, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, para assegurar que cada estudante obtenha o auxílio necessário para atingir seu potencial máximo. Adicionalmente, os professores devem estar informados sobre os recursos disponíveis para promover a inclusão, como tecnologias de assistência e materiais personalizados.

É crucial que os educadores estejam atualizados sobre as leis e políticas de inclusão, para garantir que seus estudantes tenham acesso aos recursos e serviços aos quais têm direito. Fomentar uma dinâmica de inclusão educacional/social requer que as escolas desenvolvam planos de ação, nos quais todos esses elementos se unam, bem como destinem recursos para uma política de inclusão completa, que deve ser respaldada pela política pública de educação. Da mesma forma, é necessário questionar a categoria inclusão em várias disciplinas, pois muitas vezes se refere a aspectos socioeconômicos, o que permite a implementação de mecanismos e dispositivos de nivelamento ou ação afirmativa diante de um sistema social extremamente desigual. Nesse sentido, sua concepção e prática são corretivas e hierárquicas, ou seja, possuem poder e capital para incluir.

A inclusão exige a implementação de medidas que assegurem que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de alta qualidade, independentemente de sua condição física, cognitiva, social ou econômica. Isso pode incluir a personalização de materiais didáticos, a oferta de suporte pedagógico especializado, a promoção de ambientes acolhedores e inclusivos e a capacitação dos professores para lidar com a diversidade de seus alunos.

É importante não apenas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de alta qualidade, mas também para promover a igualdade social e a diversidade cultural. Quando as escolas são inclusivas, elas criam ambientes onde as diferenças são valorizadas e respeitadas, e isso pode ter um impacto positivo na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P., & PASSERON J. **Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Barcelona: Fontamara. 1996.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394/96**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acesso em 20 fev. 2024.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 15 fev.2024.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 15 fev,2024.
- FAVERO, Maria Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa P.; MANTOAM, Maria Thesa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado**- Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. Brasília DF: Editora UnB, 2007.
- GIROTO, CRM; PÔQUER, RB; E OMOTE, S. (orgs.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**, Marília: Cultura Acadêmica. 2011.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Guia para garantir a inclusão e a equidade na educação**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002595/259592s.pdf>. Acesso em 20 fev.2024.
- UNESCO (1994) **Declaração Mundial de Educação para Todos e Diretrizes de Ação para o Encontro das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, UNESCO: Brasil. UNESCO (1994) Formação de professores: Necessidades especiais na Sala de Aula. UNESCO: Paris. (Traduzido pelo Instituto de Inovação Educacional do

- Ministério da Educação de Portugal). 1994.
- UNESCO. **Educação inclusiva: o caminho para o futuro**. XLVIII Conferência Internacional sobre Educação., Genebra. 2008.
- UNESCO. **Princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1997.
- WCEFA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien**: Conferência Mundial sobre Educação para Todos-UNESCO. 1990.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Pereira Santos da Silva
- Alexandre Passos Bitencourt
- Andreia Pereira dos Santos
- Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
- Daniela Proença Verly da Silva
- Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
- Francineide de Oliveira Ferreira
- Gláucia Paula da Silva
- Maria Angela Ferreira Oliveira
- Maria de Lourdes Ferreira Da Silva
- Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
- Rebeca dos Santos Faria
- Ricardo José Ferreira de Carvalho
- Rosinalva de Souza Lemes
- Vilma Cavalcante Sabino da Silva



doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.49>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

